

Reflexões sobre o marxismo na América Latina nos anos 1920: José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella

Raphael Coelho Neto

Pós-graduando em História e Culturas Políticas pela UFMG

raphaelcneto@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fazer um breve estudo acerca do pensamento revolucionário de José Carlos Mariátegui, Victor Raúl Haya de la Torre e Julio Antonio Mella. Na década de 1920, os três intelectuais latino-americanos, tendo como base, em maior ou menor grau, o pensamento marxista, forjaram suas teorias voltadas para uma maior soberania e desenvolvimento da América Latina, em face da atuação das oligarquias locais junto aos interesses imperialistas das potências capitalistas, sobretudo dos Estados Unidos. Entretanto, eles discordaram em relação à formação das alianças políticas e quanto ao caráter da revolução pretendida. Uma análise comparativa das formulações teóricas dos intelectuais em questão será o foco deste texto.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina, Marxismo, Intelectuais.

ABSTRACT: This essay is a brief study on the revolutionary thought of José Carlos Mariátegui, Victor Raúl Haya de la Torre and Julio Antonio Mella. In the 1920s, these three Latin American intellectuals, basing their work, in varying degrees of influence, on Marxist thought, created theories focused on providing a greater sovereignty and development for Latin America. This focus was a response to the action of the local oligarchies, which followed the imperialist interests of the capitalist powers, especially the United States. However, they disagree concerning the creation of political alliances and in relation to the character of the intended revolution. This essay aims to compare and to analyse the theoretical formulations of these intellectuals.

KEYWORDS: Latin America, Marxism, Intellectuals.

Introdução

Durante a década de 1920, a América Latina conviveu com intensas discussões e debates no campo das esquerdas acerca de “projetos” político-econômicos que poderiam ser implantados em seus países, aproximadamente um século após a independência de grande parte deles. Como representativo desse processo efervescente de debates entre as esquerdas, destacamos três intelectuais e as aproximações e divergências que tiveram concernentes ao processo de revolução e libertação nacional latino-americano: José Carlos Mariátegui (1894-1930), Victor Raúl Haya de la Torre (1895-1979) e Julio Antonio Mella (1903-1929). A ênfase dar-se-á na concepção do marxismo pelos três pensadores, bem como na discordância entre eles quanto à composição de uma frente popular revolucionária.

A escolha por estes três pensadores se deu em virtude do debate teórico que travaram acerca do modelo de mudança estrutural que propuseram para a América Latina, ou, de maneira mais específica, para os seus países – Peru, de Haya de la Torre e de Mariátegui; Cuba, onde Mella nasceu e atuou politicamente; e o México, país no qual o cubano teve grande participação na militância comunista e onde Haya criou as bases para propagação de suas ideias. Consideramos que as discussões teóricas nas quais os três se envolveram possuíam caráter militante e político, de proposições efetivas para modificações socioeconômicas na América Latina por parte dos atores políticos envolvidos.

Acreditamos que suas ideias têm sido pouco estudadas de maneira comparativa no Brasil. Embora o embate intelectual envolvendo Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui tenha tido maior notoriedade entre os estudiosos brasileiros, as elaborações teóricas do jovem Mella e suas aproximações e discordâncias com os dois peruanos foram pouco debatidas no país. Luís Bernardo Pericás¹, Bernardo Ricupero² e Michael Löwy³ se destacam nestes estudos no Brasil. Todavia, a maior parte das produções acadêmicas sobre estes três intelectuais advém dos nossos países vizinhos, sobretudo através dos trabalhos dos argentinos Juan Carlos Portantiero⁴, Patricia Funes⁵ e José Aricó⁶ e, especificamente sobre Julio Antonio Mella, destacamos as publicações de Caridad Massón Sena⁷ e Jaime Tamayo.⁸

Desta forma, estudar esses três intelectuais de destaque dentro da história do pensamento político latino-americano, ainda que de maneira exploratória, torna-se tarefa premente deste artigo. Pretendemos despertar o interesse pela temática do pensamento revolucionário no subcontinente,

¹ PERICÁS, Luiz Bernardo. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005.

² RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTTI, Paulo. *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 55-76.

³ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁴ PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

⁵ FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

⁶ ARICÓ, José. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latino americano*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978; _____. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 419-459. v. 8.

⁷ MASSÓN SENA, Caridad. Imágenes y reflexiones de Julio Antonio Mella. *Regiones, suplemento de antropología...*, n. 43, oct./dic. 2010.

⁸ TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense. In: PONENCIA PRESENTADA EN EL XI CONGRESO INTERAMERICANO DE FILOSOFIA. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Guadalajara, 1985.

acreditando no aprofundamento dos estudos referentes a estes ou demais intelectuais que buscaram empreender transformações sociais e autonomia nacional, em um período, década de 1920, de grande ingerência internacional nos países da América Latina, principalmente por parte dos Estados Unidos.

Torna-se relevante, de antemão, estabelecermos uma breve caracterização a respeito da América Latina, principalmente do processo histórico de consolidação de seus Estados e sociedade. De acordo com o sociólogo José Aricó, os países que a compõem possuem pontos em comum, principalmente, no que se refere às suas evoluções históricas, e que, em função disso, justificar-se-ia, em parte, o tratamento desse bloco de países em torno do conceito ou denominação *América Latina*. Assim se referiu o mencionado autor:

O caráter assumido pela colonização europeia e, em seguida, pela guerra de independência, a marca decisiva que as estruturas coloniais deixaram como herança para as repúblicas latino-americanas, sem que estas [...] tenham conseguido superá-la inteiramente; o fenômeno comum da inclusão maciça num mercado mundial, que as pôs numa situação de dependência econômica e financeira em relação às economias capitalistas dos países centrais; o papel excepcional desempenhado em nossos países pelos intelectuais enquanto portadores e organizadores de uma problemática ideológica e cultural comum; as lutas que as classes populares, com toda a carga de ambiguidade e diferenciações, empreenderam para conquistar um espaço “nacional” e “continental” próprio, uma independência nacional real e efetiva – tudo isto são elementos que contribuem para indicar a presença de uma matriz única.⁹

Destacamos, dessa forma, apoiando-nos na ideia supracitada de José Aricó, que os países da América Latina, embora guardem particularidades geográficas, históricas e culturais, possuem, todavia, características muito similares no que tange à formação social e à construção dos seus Estados. Embora pudéssemos nos referir a várias “Américas Latinas”, optamos por abordá-la enquanto unidade, observando mais seus pontos em comum, sobretudo quanto aos problemas sociais e econômicos. Essa escolha se deu muito em função dos próprios intelectuais estudados, que discutiam os problemas de ordem política, econômica e social da América Latina e que, embora seus pensamentos estivessem voltados para a realidade local, especialmente no caso de Mariátegui, não deixavam de cogitar a revolução para todo o subcontinente, especialmente Haya de la Torre e Mella.

De acordo com Alain Rouquié,

Se a existência de uma América Latina é problemática, se a diversidade das sociedades se impõe, [...] não deixa de ser verdade que uma relativa unidade de destino, mais sofrida que

⁹ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional, p. 420.

escolhida, aproxima as “repúblicas irmãs”. Ela é legível nas grandes fases da história, perceptível na identidade dos problemas e das situações que enfrentam.¹⁰

O que Rouquié e Aricó defendem é que a influência profunda de 300 anos de colonização marcou as configurações e desenvolvimento sociais e econômicos dos Estados da América portuguesa e espanhola, influenciando na maneira como essas sociedades se integraram ao mercado e às relações internacionais. Esses países estiveram, nos anos 1920, em vias de desenvolvimento, com boa parte de suas economias voltadas para a produção e exportação de produtos primários, e marcados, sobretudo, por três aspectos fundamentais, de acordo com Rouquié: concentração da propriedade da terra; industrialização incipiente, tardia e de pouca autonomia em relação às economias centrais; e amplitude dos contrastes regionais, opondo um centro opulento a periferias miseráveis.¹¹ Foram essas características, ligadas à divisão internacional do trabalho, mais a atuação das oligarquias e elites locais em consonância com o processo de dependência econômica e ingerência política e cultural por parte das principais economias ocidentais, que incitaram a vociferação questionadora de pensadores latino-americanos.

Devemos, ainda, destacar neste artigo o que entendemos por *intelectuais*, tendo como suporte para a construção deste conceito os estudos de Patricia Funes e de Jean-François Sirinelli. Situada no cruzamento dos campos biográfico e político, a história dos intelectuais tornou-se um campo histórico autônomo e de grande interesse por parte dos historiadores a partir da segunda metade da década de 1970.¹² De acordo com Sirinelli, o termo *intelectual* traz em si duas acepções de natureza sociocultural, sendo uma mais ampla, marcada pela noção de “mediador” cultural, abrangendo escritores, jornalistas, professores secundários, eruditos etc., e outra mais restrita, amparada na noção de engajamento na vida social.¹³ Já Patricia Funes explica que os intelectuais são figuras dotadas de competência cognitiva, capacidade de criação e difusão de ideias, possuindo um discurso crítico-reflexivo. Adotam, em geral, posições beligerantes, tornando-se antagonistas ou

¹⁰ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente*: introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP, 1991, p. 26.

¹¹ _____. *O Extremo-Occidente*: introdução à América Latina, p. 28-9.

¹² SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 232-7. O artigo de Sirinelli é voltado para os intelectuais franceses. Ao referir-se ao crescimento do interesse pela história dos intelectuais por parte dos historiadores, ele embasa sua argumentação a partir da observação do contexto acadêmico de seu país. Lembremos, apenas, que o renovado interesse pelas temáticas referentes ao político na França e, por conseguinte, aos intelectuais, repercutiu na historiografia latino-americana e, em especial, na brasileira. Para maiores informações sobre o retorno da temática política na historiografia, ver artigo de René Rémond, neste mesmo livro, p. 441-450.

¹³ _____. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*, p. 242-3.

colaboradores do poder político vigente.¹⁴ Para ambos os autores, a condição de intelectual deve ser reconhecida e legitimada pela sociedade. Acreditamos que os intelectuais objetos deste estudo foram mediadores culturais, produtores e transmissores de ideias, engajados na vida social da América Latina, detentores de posicionamento político e grande capacidade interpretativa da realidade na qual viveram.

Segundo Funes, a geração de 1920 empunhou a bandeira da intervenção social, dialogando com o operariado, as massas, o exército, os indígenas, em nome da nação, da revolução ou de ambas.¹⁵ A crítica social, a polêmica e a ironia fizeram parte das argumentações muitas vezes passionais destes intelectuais latino-americanos.

Promover a revolução e superar a ordem oligárquica e de exclusão social tornava-se questão premente para o pensamento intelectual e político da década. Nos três autores estudados, a concepção de *revolução* aparece como uma superação do *status quo*, mudança de regime político, social e econômico na qual se imponham profundas transformações de ideias e valores, possibilitando a participação efetiva de novos grupos sociais nas políticas de Estado. Negros, índios, camponeses, trabalhadores urbanos foram incorporados à discussão do nacional em uma demonstração evidente de ruptura com a ordem oligárquica e toda exclusão social, política, econômica e étnica que ela provocava.¹⁶ Todavia, no caso dos intelectuais ora estudados, diferiam quanto à composição da frente revolucionária e o caráter da revolução: socialista para Mariátegui e Mella; nacional-estatista, no caso de Haya de la Torre.

A ideia de *libertar a nação* também estava associada a isso, a uma modificação estrutural que possibilitasse autonomia, autodeterminação, soberania e independência econômica em relação aos países do ocidente europeu e, sobretudo, aos Estados Unidos, país que expandia sua economia e sua influência cultural e política sobre os vizinhos latino-americanos. “*Para algunos, la revolución es un camino para completar, construir o ensachar la nación*”¹⁷. Na década de 1920, um nacionalismo revolucionário, diretamente ligado ao anti-imperialismo, com influências do ideário marxista-leninista, permeou intensamente o pensamento político-social latino-americano, marcando as reflexões sobre o nacional, delimitando as fronteiras culturais e econômicas da América Latina frente ao outro, ao externo,

¹⁴ FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 43.

¹⁵ _____. *Salvar la nación...*, p. 15.

¹⁶ _____. *Salvar la nación...*, p. 18.

¹⁷ _____. *Salvar la nación...*, p. 369.

contra a dominação estrangeira. É precisamente a partir dessas questões que analisaremos os intelectuais Mariátegui, Haya e Mella.

O marxismo por Julio Antonio Mella, Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui

Nas palavras de Michael Löwy, o cubano Julio Antonio Mella foi

o primeiro e mais brilhante exemplo de uma figura frequentemente encontrada na história social da América Latina: o estudante ou jovem intelectual revolucionário, o espírito anticapitalista romântico, que encontr[ou] no marxismo uma resposta para a paixão pela justiça social.¹⁸

Tratou-se de um dos marxistas pioneiros na análise do fenômeno da dominação imperialista sobre os países da América Latina, sua relação com as ditaduras locais e a estratégia necessária ao movimento operário na tentativa de resolução da condição de dependência latino-americana.

Antonio Mella foi líder estudantil em Cuba, durante o processo de reforma universitária ocorrido neste país.¹⁹ Participou da criação do Partido Comunista Cubano, em 1925, tendo sido eleito membro do seu comitê central. Teve uma vida política ativa também no México, a partir de 1926, quando foi exilado pelo ditador cubano Gerardo Machado (1925-1933). Neste país, participou da ocupação de vários conventos quando o presidente Plutarco Elias Calles (1924-1928) empreendeu uma ofensiva contra as grandes propriedades de terra da Igreja Católica; ajudou a fundar a *Liga Nacional Campesina*, vinculada ao Partido Comunista Mexicano; representou este mesmo partido no *Congresso Mundial contra o Imperialismo e a Opressão Colonial*, em Bruxelas, no ano de 1927; foi um dos líderes do movimento operário de Jalisco, um dos estados do México.

A *Confederación de Agrupaciones Obreras de Jalisco* (1926) foi organizada a partir de um processo unitário alternativo ao colaboracionismo e corrupção da *Confederación Regional Obrera de México* (CROM) e ao anarcosindicalismo da *Confederación General de Trabajo* (CGT), estabelecendo um projeto comunista de sindicalismo, abarcando o grosso do proletariado industrial.²⁰ Julio Antonio Mella foi, em grande medida, o ideólogo e criador da política sindical que resultou na central jalisciense. Os comunistas do estado de Jalisco elaboraram uma política de trabalho sindical que implicava em permanente atenção às bases, aos quadros dirigentes e aos trabalhadores industriais e sua organização em sindicatos por ramo. Tal política sindical comunista ia além, ao organizar festas político-culturais,

¹⁸ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 15.

¹⁹ PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina...*, p. 118.

²⁰ TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense, p. 64.

teatros, edição de periódicos e panfletos, criação de centros revolucionários de mulheres, buscando solidificar nessa organização trabalhista uma cultura política socialista.

Por todo seu envolvimento com o movimento operário e por ter em mente a revolução a partir da tomada dos meios de produção e do poder político pelo operariado (a revolução proletária), José Aricó classificou Mella como marxista ortodoxo ligado aos preceitos soviéticos.²¹ Diferentemente, Löwy o considerou integrado à cultura e à tradição revolucionária cubana, o que lhe teria permitido desenvolver um pensamento dialético no qual a teoria marxista-leninista adequava-se a realidade da América Latina e de Cuba. Concebe-o, portanto, como portador de um pensamento independente, verdadeiramente revolucionário, mas, obviamente, com influências teóricas internacionais.²² Jaime Tamayo, mesmo que suas ideias não se oponham as de Löwy, ameniza o ponto de vista deste autor, ao destacar em Mella seu objetivo em encontrar as vias próprias para a revolução na América Latina a partir de suas condições específicas, apesar de considerar a experiência da classe trabalhadora europeia uma experiência internacional, sendo seus problemas e necessidades semelhantes em cada país.²³ Caridad Massón Sena segue perspectiva semelhante, afirmando que Julio Antonio Mella considerava os traços, a atuação e as consequências do imperialismo comuns a todos os países, e que a aplicação dos princípios de luta deveria diferir em detalhes, de acordo com as circunstâncias concretas de cada país.²⁴ Assim, nas palavras do próprio Mella:

No pretendemos implantar en nuestro medio copias serviles de revoluciones hechas por otros hombres en otros climas, en algunos puntos no comprendemos ciertas transformaciones, en otros nuestro pensamiento es más avanzado pero seríamos ciegos si negásemos es paso de avance dado por el hombre en el camino de su liberación.²⁵

Ressaltamos, então, que, embora Mella tivesse reservas em simplesmente importar modelos teóricos e *práxis* europeus, considerando os problemas e realidade locais, julgava, contudo, que as causas para a revolução eram similares, como a opressão e submissão ao capital por parte dos trabalhadores e que, desta maneira, a luta pelo socialismo deveria ser internacional. Considerava os exemplos de outras revoluções importantes para a América Latina, especialmente o exemplo russo de

²¹ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org). *História do marxismo...*, p. 446-7.

²² LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 17. Mella considerava-se herdeiro da mensagem revolucionária e anti-imperialista de José Martí (1853-1895), principal líder da luta pela independência de Cuba em relação à Espanha e opositor da intervenção norte-americana nas questões cubanas.

²³ TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense, p. 58.

²⁴ MASSÓN SENA, Caridad. Imágenes y reflexiones de Julio Antonio Mella. *Regiones, suplemento de antropología...*, n. 43, p. 14, oct./dic. 2010.

²⁵ MELLA *apud* TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense, p. 58.

1917. Possuía uma perspectiva de revolução amparada nos preceitos leninistas, com uma visão mais ortodoxa e classista do processo revolucionário, com vias a se atingir o socialismo por intermédio dos trabalhadores, como nos mostra Massón Sena, ao afirmar que, para Mella,

[...] la socialización se debía hacer por fases: una primera rápida, inmediata, insurreccional, que tomara la posesión de los medios fundamentales de producción, y otra más larga e difícil, con el objetivo de atraer a esas clases [clase média] poco a poco.²⁶

Julio Antonio Mella concebía que a libertação nacional resultaria de uma revolução operária e considerava que a hegemonia do proletariado pudesse se concretizar na América Latina, tal qual na Europa, sob a liderança do partido comunista. Delegava, então, ao partido, a potencialidade teórica e prática para a realização da libertação nacional e transformação social, o que, para nós, tornava-se insuficiente, dado o forte vínculo dos partidos comunistas, em geral, aos preceitos revolucionários soviéticos da *Terceira Internacional*, concebidos mais a partir do conhecimento das realidades russa e chinesa do início do século XX do que da América Latina.

Também no Peru dos anos 1920, no contexto da ditadura de Augusto Leguía (1919 - 1930) e preponderância das oligarquias, as discussões sobre os projetos de transformação social estiveram na ordem do dia entre as esquerdas. Durante esta década, Leguía perseguiu, prendeu e levou ao exílio muitos de seus opositores políticos – estudantes, operários, políticos, intelectuais - dentre eles Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui. Este teria sido exilado, de 1919 a 1923, de maneira disfarçada, já que recebeu do Estado, mediante financiamento governamental, proposta para viajar à Europa para servir o governo peruano como agente de imprensa. Tal iniciativa estatal, aceita por Mariátegui, teria servido para anulá-lo em relação às críticas que fazia à administração Leguía. Já Haya de la Torre, envolvido em uma tentativa de golpe contra Augusto Leguía em setembro de 1923, foi deportado para o Panamá a 9 de outubro deste mesmo ano. Foi durante o exílio que Haya se articulou com líderes políticos de outros países, fundando a *Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA)*, no México, em 7 de março de 1924.

De acordo com Patricia Funes, Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui possuíam inicialmente ideias comuns, diagnósticos semelhantes sobre a realidade peruana, especialmente no que diz respeito à questão indígena e a meta de *peruanizar al Perú*.²⁷ Esta expressão guardava o sentido de dotar o país de características autóctones, ligadas a sua história incaica e à preponderância de sua população indígena, desvinculando valores oriundos, sobretudo, das elites

²⁶ MASSÓN SENA, Caridad. Imágenes y reflexiones de Julio Antonio Mella. *Regiones, suplemento de antropología...*, n° 43, p. 15, octubre-diciembre de 2010.

²⁷ FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 354.

ligadas ao capital externo e ao modo de vida europeu. Modificar a ordem social vigente era imperativo nesses dois intelectuais peruanos, que buscavam alternativas para pensar o Estado e a nação peruana.

Dividiram o mesmo espaço de denúncia e crítica no começo da década: as *Universidades Populares Gonzales Prada*²⁸, seu órgão de difusão, a revista *Claridad*, e as páginas da revista *Amauta*²⁹. Mariátegui integrou a APRA na época de sua criação, e os dois intelectuais reconheciam “*en su formación un análisis tributario del pensamiento marxista. La ruptura entre ambos se opera a partir de la transformación del APRA en un partido político en 1928*”.³⁰

Segundo Luis Bernardo Pericás, a APRA foi uma organização política com um programa de ação revolucionária, tornando-se posteriormente um partido internacional, que se estendeu pelos países latino-americanos, possuindo como pontos principais o anti-imperialismo, a unidade política da América Latina, a estatização das riquezas minerais, das propriedades agrárias e da indústria, a internacionalização do Canal do Panamá e a solidariedade com os povos oprimidos.³¹ Michael Löwy explica que a APRA foi ideologicamente eclética, tendo por base o marxismo, o conceito einsteiniano de espaço-tempo e, sobretudo, os preceitos da Revolução Mexicana, elaborando uma teoria “indo-americanista” particular.³²

Após a separação com o grupo aprista de Haya por incompatibilidade de projetos políticos para a nação peruana, Mariátegui funda o *Partido Socialista Peruano (PSP)*, em 1928. O PSP seria constituído pelo proletariado, pelas massas camponesas indígenas e por intelectuais radicalizados,

²⁸ Tendo como um dos seus principais fundadores Victor Raúl Haya de la Torre, as *Universidades Populares Gonzales Prada* (UPGP), criadas em 1921, foram importantes centros de discussão e difusão de ideias anti-imperialistas no Peru. Tais Universidades receberam este nome em homenagem ao homônimo líder indigenista, precursor na análise da questão do índio peruano por um viés não racial. Ele observou que a condição marginal dos indígenas na sociedade pudesse ser resolvida em termos pedagógicos, pressupondo uma transformação econômica e social na qual os próprios nativos seriam atuantes nesse processo. BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martínez (Orgs.). *José Carlos Mariátegui: política*. São Paulo: Ática, 1982, p. 29. A criação das UPGP aparece no bojo da reforma universitária de Córdoba, na Argentina, em 1918, que, com um viés político crítico, propunha uma renovação das formas de ensino e maior democratização no ambiente acadêmico, postando-se também contrária ao imperialismo. Para aprofundamento nesta questão, ver PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

²⁹ Criada por Mariátegui em setembro de 1926, a *Amauta*, palavra *quechua* que possuía uma dupla conotação, sacerdote e sábio, de acordo com as tradições populares peruanas, foi resultado de um projeto de publicação de uma revista crítica, aberta a escritores e artistas de vanguarda da América Latina, em especial do Peru, destinada à veiculação de temas referentes à cultura, à arte, à literatura, à filosofia, à política e às ciências. Teve 32 números publicados de 1926 a 1930. BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martínez (Orgs.). *José Carlos Mariátegui...*, p. 18-9. Sua postura intelectual foi marcadamente política e antidogmática, tornando-se ponto de partida para o entendimento do Peru e solidificando as bases da transformação no país sob o viés socialista.

³⁰ FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 354. (grifo nosso).

³¹ PERICÁS, Luiz Bernardo. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 23.

³² LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 10.

orientados pelo método revolucionário marxista-leninista, adaptando “sua práxis às circunstâncias concretas do país”³³. Aos moldes da ideia leninista de *vanguardia*, seguindo uma orientação da *Internacional Comunista*, o Partido Socialista exerceria um trabalho de formação da consciência política entre seus membros, fundamental para acelerar o amadurecimento do pensamento revolucionário. Não obstante estivesse vinculado à *Internacional*, o PSP não se manteve preso às rígidas normas impostas pelo *Comintern* à criação de partidos comunistas. Sua própria designação socialista, e não comunista, já era um indicativo disso.

José Carlos Mariátegui deixou expresso seu posicionamento sobre o partido aprista ao redigir uma carta endereçada a sua sede no México, em 16 de abril de 1928, quando Haya havia acabado de lançar o *Plan de México* que, inspirado nos princípios da APRA, pretendia iniciar uma insurreição desde o México até o Peru, destituindo Augusto Leguia e criando o Partido Nacional Libertador Peruano. Segundo Mariátegui:

Bajo el lema de “tierra y libertad”, este partido proclamó la lucha contra la oligarquía y el imperialismo prometiendo una “revolución libertadora” que tras la toma del poder nacionalizaría las industrias y los latifundios improductivos, convertiría las comunidades en las bases de la agricultura nacional, y establecería una auténtica “democracia funcional”. Todo ello se haría de conformidad con los auténticos intereses nacionales. [...] he leído el manifiesto [...] y su lectura me ha cotristado profundamente: 1º porque como pieza política pertenece a la más detestable literatura eleccionaria del viejo regimen y 2º porque acusa tendencia a cimentar un movimiento [...] y no hay ahí una sola vez la palabra socialismo.³⁴

Embora a luta contra a oligarquia, a grande propriedade e o imperialismo de Haya e seu partido fosse compartilhada por Mariátegui, este se mostrava descrente com a possibilidade de consolidação destas propostas da forma como Haya de la Torre as pretendia. Isso fica evidente nas aspas do próprio autor na carta, remetendo a supostas expressões de Haya concernentes à revolução pretendida. Essa “desconfiança” de Mariátegui tratava-se, na verdade, de discordância e descontentamento quanto à via para a realização das mudanças sociais no Peru, pois, como fica evidente na última frase do trecho acima, não existe no *Plan de México* uma só menção ao socialismo. Mariátegui ainda o acusava de possuir interesses eleitoreiros, a partir do momento em que a APRA se transformou em um partido político com células em vários países.

Segundo José Aricó, embora os peruanos Mariátegui e Haya tivessem discordâncias evidentes, diferenciavam-se dos demais intelectuais do subcontinente por possuírem concepções e

³³ MARIÁTEGUI *apud* BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martínez (Orgs.). *José Carlos Mariátegui...*, p. 76.

³⁴ _____. *apud* FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 355.

elaborações teóricas próprias quanto aos problemas de seu país e à possibilidade de revolução. Nas palavras do sociólogo argentino,

as afinidades consistiam em algo que distinguia notavelmente os dois intelectuais peruanos dos outros intelectuais americanos: uma aguda percepção do problema nacional e uma obsessiva preocupação com os aspectos de originalidade de todo o processo revolucionário e, no caso específico, do latino-americano.³⁵

Dessa forma, na tentativa de edificação de um projeto de transformação da realidade social do Peru, Mariátegui e Haya de la Torre empreenderam reflexões sobre a questão nacional. Objetivaram, então, realizar uma revisão crítica teórica e prática do marxismo, amparados no conhecimento da situação econômica, social e política internacional e nacional, o que lhes conferiu uma originalidade em suas elaborações teóricas.

Não obstante pontos de vista semelhantes sobre o Peru, a começar pela convicção que ambos tinham de resolver primeiro o problema da terra e da servidão indígena, bem como almejarem modelos de desenvolvimento identificados com um marxismo heterodoxo, divergiam, por exemplo, quanto à correspondência entre teoria marxista e *práxis*. Haya e Mariátegui concordavam que o marxismo deveria ser repensado para as condições estruturais da América Latina. No entanto, a abordagem de Haya de la Torre, adotada também pela APRA, caracterizada por Michael Löwy como uma propensão ao “excepcionalismo indo-americano”³⁶, tendia a absolutizar a especificidade cultural, histórica e social do subcontinente, inferindo sobre a teoria marxista como exclusivamente europeia, portanto inaplicável ao território latino-americano, que possuía situações sociopolíticas diversas daquelas nas quais foi concebido o marxismo. Löwy afirma que “para Haya de la Torre, o espaço-tempo indo-americano é governado pelas suas próprias leis”, sendo dessa forma diferente do “espaço-tempo europeu analisado por Marx e, por isso, exig[indo] uma nova teoria que neg[asse] e transcend[esse] o marxismo”³⁷.

Nas palavras de Oliveiros S. Ferreira, o marxismo, para Haya de la Torre, foi sobretudo “uma filosofia da História construída na observação das condições gerais do capitalismo inglês do século XIX, a qual se transformou, por obra dos repetidores, numa antevisão necessária do futuro da humanidade”³⁸. Os apuristas opunham-se à redução do marxismo a uma filosofia quase universal da história. Criticavam especialmente os seguidores de Marx orientados pela *III Internacional*, que tinham

³⁵ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional, p. 445.

³⁶ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 10.

³⁷ _____. *O marxismo na América Latina...*, p. 10.

³⁸ FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana: a ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971, p. 275.

na Rússia dos *soviets* o exemplo concreto e possível para a ascensão do socialismo. Assim, “a posição de Haya de la Torre responde, pois, a uma compreensão teórica e a uma reação prática à ação dos partidos comunistas ligados à Internacional”³⁹. Fazemos uma observação, porém, que Haya propôs a superação do marxismo e sua aplicação a contextos distintos a partir de uma determinada visão reducionista e dogmática operada por ele em relação ao marxismo, baseada no que ele extraía do pensamento marxista clássico, de fato eurocentrista, bem como do marxismo preconizado pela *Terceira Internacional* em seus primeiros anos, marcadamente leninista. Muito embora criticasse a aplicação dogmática da teoria marxista à América Latina, as discussões de Haya de la Torre em torno da aliança de classes e sua visão etapista do processo revolucionário, como veremos a seguir, são claras influências do próprio marxismo.

Mariátegui, por sua vez, teria realizado uma fusão entre a teoria europeia marxista e a realidade peruana, sendo acusado pelos apristas, com isso, de possuir ideais eurocêntricos. Os estudiosos da obra de Mariátegui afirmam que o pensador peruano foi fortemente influenciado pelas vertentes historicista, idealista e marxista italianas durante o tempo em que esteve “exilado” no país europeu, entre 1919 e 1923. Isso teria ocorrido através do contato com Benedetto Croce e, por via deste, do pensamento de Georges Sorel.⁴⁰ Estes, mais o grupo do jornal turinense *L'Ordine Nuovo*, marcaram em Mariátegui uma visão oposta ao determinismo, ao evolucionismo e ao fatalismo do desenvolvimento das relações sociais, ressaltando a potencialidade para a transformação social de elementos nacionais e populares e não apenas do operariado. Havia, por parte de Mariátegui, a aceitação do marxismo como um universo teórico comum, pelo qual as sociedades latino-americanas, bem como qualquer outra realidade, poderiam ser analisadas, determinando as possibilidades de transformação. Essa posição em relação à importação do marxismo se justifica, em parte, por considerar que o “espírito hispanoamericano está en elaboración”, assim como “el continente”, e que, portanto, ainda não havia um pensamento originalmente latino-americano.⁴¹ Todavia, para este pensador, tal condição não anulava a necessidade de intervir na realidade do Peru e da América

³⁹ FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana...*, p. 275.

⁴⁰ De acordo com Michael Löwy, Mariátegui recebeu influências de Georges Sorel em virtude da crítica feita à civilização burguesa “inspirada pela nostalgia das comunidades pré-capitalistas do passado”. Foi precisamente na fusão que Mariátegui exerceu, na elaboração do seu pensamento, “entre os aspectos mais avançados da cultura europeia e as tradições milenares da comunidade indígena, em uma tentativa de assimilar a experiência social das massas camponesas através da reflexão teórica marxista”, que ele se aproximou do pensamento de Sorel. LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 18-20. Georges Sorel assim o fez com o operariado europeu, criando o *mito da greve geral*, no qual se referia à esfera produtiva como a base para se estabelecer uma nova civilização, com fundamentos morais e econômicos do socialismo.

⁴¹ MARIÁTEGUI, José Carlos. ¿Existe un pensamiento hispanoamericano? *Mundial*, Lima, p. 41, 1925.

Latina pelo prisma das especificidades de cada região. O marxismo, portanto, seria um método, uma doutrina que deveria ser utilizada de forma criativa e original pelos teóricos latino-americanos para adaptá-la à realidade local. Assim, para ele:

El marxismo, del cual todos hablan pero que muy pocos conocen y, sobre todo comprenden, es un método fundamentalmente dialéctico. Esto es, un método que se apoya íntegramente en la realidad, en los hechos. No es, como algunos erróneamente suponén, un cuerpo de principios de consecuencias rígidas, iguales para todos los climas históricos y todas las latitudes sociales. Marx extrajo su método de la entraña misma de la historia.⁴²

O marxismo foi a principal base teórica para os três intelectuais discutirem sobre a questão nacional, o anti-imperialismo, o socialismo, as alianças de classe, temáticas estas que se aproximavam, embora com evidentes divergências, em Julio Antonio Mella e José Carlos Mariátegui, mas que se tornaram os principais aspectos da polêmica de ambos com Haya de la Torre. Destacamos que as principais discussões entre os três intelectuais latino-americanos aconteceram em torno da composição política das alianças de classes para a libertação nacional.

Alianças de classe: a frente popular para a libertação nacional

As políticas de alianças de classe em prol da revolução na América Latina foram resultado de uma das fases da *Internacional Comunista*, sobretudo a partir do seu V Congresso realizado em 1924, que incentivou a formação de frentes pluriclassistas, inclusive com a participação da burguesia. Embora esse congresso não contemplasse a América Latina, o que aconteceria de maneira mais evidente apenas no VI Congresso em 1928, sua influência não deixou de existir sobre alguns intelectuais e partidos comunistas do subcontinente. Segundo Bernardo Ricupero, na América Latina, a influência da *Terceira Internacional* fez com que se considerasse, dentro de uma visão de nossos países como atrasados, a “via chinesa”, baseada na revolução democrático-burguesa de libertação nacional.⁴³

No caso de Mariátegui, Haya e Mella, partindo do diagnóstico de atraso das economias dos países latino-americanos devido à associação entre imperialismo e oligarquias, influenciados também por essa tendência mundial de alianças de classe, propuseram a formação de um bloco social de forças anti-imperialistas e revolucionárias, embora somente Haya de la Torre tenha se aproximado da perspectiva de revolução democrático-burguesa.

⁴² MARIÁTEGUI *apud* FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 356.

⁴³ RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo. *América Latina...*, p. 66.

Havia entre eles uma proximidade na concepção dos traços definidores das formações econômico-sociais do subcontinente latino-americano. Os três intelectuais estavam de acordo que tais formações seriam marcadas especialmente pela condição de economias periféricas e dependentes na conjuntura capitalista global, imperando a atuação das oligarquias e estando as massas urbanas e rurais à margem do desenvolvimento econômico. Todavia, o reconhecimento das condições nacionais e a distinção de suas elaborações teóricas possibilitaram a emergência de opções políticas diversas na tentativa de transformação e superação das realidades locais.

Assim, José Aricó destaca que entre Haya, Mariátegui e Mella produziu-se no final dos anos 1920 uma diferenciação política referente à composição do bloco de forças sociais revolucionárias e o papel que a cada classe caberia na aliança formada, o que desembocou em rupturas abertas e francas entre eles.⁴⁴ As interlocuções eram feitas principalmente entre Haya de la Torre e os outros dois intelectuais, Mella e Mariátegui, que combatiam algumas propostas da APRA. Mella, por exemplo, opunha-se ao projeto aprista por considerar que esta organização se colocava à frente do processo revolucionário na América Latina negando tanto o papel hegemônico do proletariado na revolução como a necessidade de um partido da classe trabalhadora. A forte reação de Mella contra a APRA teve sua origem em solo mexicano, onde o cubano presenciou a criação desta organização. Ele afirmava que, no caso do México, as intenções de Víctor Raúl Haya de la Torre, como a nacionalização de terras e de indústrias e o combate ao imperialismo, já eram contempladas através da Constituição de 1917, não possuindo, portanto, nenhuma originalidade.

102

Vejamos, então, de maneira mais detida, aproximações e discordâncias entre eles no que tange às alianças de classe para libertação da América Latina.

Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui

No que tange às alianças de classe, tanto Haya quanto Mariátegui estavam de acordo que o sujeito histórico da transformação revolucionária no Peru deveria ser uma frente de forças populares composta por operários, camponeses, intelectuais e classe média. Todavia, ao contrário de Haya, que não acreditava na capacidade do proletariado e dos camponeses para se constituírem autonomamente como sujeitos políticos, condutores do processo de transformação social, transferindo essa função à pequena burguesia, José Carlos Mariátegui se manifestava a favor das mudanças históricas “a partir

⁴⁴ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (org). *História do marxismo...*, p. 452-3.

de baixo”, das massas populares, de suas formas expressivas, de seus mitos e valores.⁴⁵ Mariátegui sugere com isso que a via socialista no Peru seria facilitada, particularmente no campo, em virtude das tradições milenares da comunidade indígena, havendo vestígios de um “comunismo inca”⁴⁶. Isso fica evidente em sua obra máxima, *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, publicada em 1928, principalmente quando trata do problema do índio e do problema da terra. De acordo com o intelectual peruano,

A história universal tende hoje como nunca a se reger pelo mesmo quadrante. Porque haveria de ser o povo incaico, que constituiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível a essa emoção mundial? [...] Já disse que cheguei à compreensão e à valorização justa do indígena pela via do socialismo.⁴⁷

José Carlos Mariátegui, ao enfatizar o comunismo incaico, não propõe o retorno ao modelo de vida dos incas, irrealizável em virtude de toda a dinâmica econômica, social e política pela qual passou a sociedade peruana até constituir-se como tal. Para tanto, o intelectual peruano deixa latente no *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* a distinção entre o comunismo moderno, elaborado em um contexto de civilização industrial, e o comunismo incaico, estabelecido em uma civilização agrária. Em suas palavras, “um e outro comunismo são produtos de diferentes experiências humanas”⁴⁸. No entanto, como forma de atingir o socialismo, Mariátegui acreditava na potencialidade revolucionária do indígena, considerando-o, junto com o proletariado urbano, principal segmento social na composição das alianças de classe, em função não somente do seu grande contingente, explorado pelos *gamonales* (latifundiários), mas especialmente pelo fato das comunidades terem conservado seu caráter natural e de instituição quase familiar, preservando tradições coletivistas dos incas na cooperação dos trabalhos no campo. Essa parece ser a associação que Mariátegui estabelece quando evoca o comunismo incaico e a maior possibilidade de desenvolvimento do socialismo a partir das massas camponesas da região andina e do proletariado urbano, ancorados na direção política do Partido Socialista Peruano. Nas palavras do próprio Mariátegui:

Acreditamos que, entre as povoações “atrasadas”, nenhuma como a população indígena incásica reúne condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e em um profundo espírito coletivista, se transforme,

⁴⁵ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). *História do marxismo...*, p. 456.

⁴⁶ Destacamos, novamente, que este tipo de análise de Mariátegui advém da influência soreliana.

⁴⁷ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 21.

⁴⁸ _____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p. 54.

sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista pregada pelo comunismo marxista.⁴⁹

Haya de la Torre divergia terminantemente de José Carlos Mariátegui nesse ponto, pois teria reduzido o papel revolucionário do índio à constatação de sua imaturidade para exercer o poder, em nome de toda sociedade peruana, através de um partido que o organizasse como classe explorada e oprimida, alijada de sua organização econômico-social em função da grande propriedade.⁵⁰ Embora fosse numericamente a massa trabalhadora de maior expressão no país, ela não estaria capacitada a dominar por si só a coletividade e conduzir o governo do Estado. Haya de la Torre, desta forma, não via os camponeses indígenas como força social de ação típica, devendo ser conduzidos, então, por outros segmentos sociais mais aptos para isso, o que o fez ressaltar a função de liderança, na aliança interclassista, da pequena-burguesia, durante o processo de libertação em relação às forças imperialistas.

Patricia Funes explica que a ênfase dada à classe média, no processo revolucionário latino-americano, por Haya de la Torre, acontece em função do peruano julgar que o contexto latino-americano, fundamentalmente agrário e com uma industrialização incipiente, não creditava ao proletariado urbano a condição de protagonista. Tampouco acreditava nos camponeses, por considerá-los com pouca consciência de classe, em razão de seu isolamento geográfico.⁵¹ Atribuía à classe média o caráter de agente transformador, principal segmento social capaz de realizar a integração de uma frente nacional, em especial pelo fato de advir dela grande parcela da intelectualidade.

De acordo com Ferreira, no pensamento original do fundador do aprismo, os intelectuais, chamados a conduzir a luta contra o imperialismo e contra o *status quo*, “não só deveriam provir da, mas situar-se, enquanto orgânica e espontânea, na pequena burguesia, a ‘porção mais culta, mais consciente, mais alerta de nossas coletividades’”⁵². Assim, “*el ingeniero, maestro de escuela, el médico, [...] el profesionista en general son elementos de clase media indispensable para la organización del Estado Antiimperialista*”⁵³.

⁴⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema indígena na América Latina, 1929. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 112.

⁵⁰ FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana...*, p. 280.

⁵¹ FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 358.

⁵² FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana...*, p. 285. Os trechos da citação que se encontram entre aspas são palavras do próprio Haya de la Torre, citadas por Oliveiros Ferreira.

⁵³ HAYA DE LA TORRE *apud* FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 359. (grifo nosso).

Porém, terminado o processo revolucionário, Haya realçou a intervenção do Estado na sociedade latino-americana. Ele temia que, superado o problema do imperialismo, a pequena burguesia pudesse se converter em força de dominação e exploração da classe trabalhadora. Propunha, então, que a direção política da Indo-América⁵⁴ fosse exercida por um Estado anti-imperialista. De acordo com Oliveiros Ferreira:

Esse Estado, representante e defensor da Nação ou de suas maiorias, isto é, o proletariado, o campesinato e a classe média, e que economicamente se estruturará como Capitalismo de Estado, além da “implantação progressiva de um sistema cooperativo de produção e de consumo”, será incumbido de apoiar e impulsionar, nelas intervindo, as classes médias, e de defender as classes produtoras (o camponês e o operário) que “necessitam da escola experimental, do trabalho organizado e tecnicamente aperfeiçoado para se desenvolver em termos de classe, enriquecendo sua consciência e elevando seu nível de cultura”.⁵⁵

Tal proposição supracitada levou José Aricó a caracterizar o pensamento de Haya como estatista, já que sua posição era “bastante semelhante aos projetos de industrialização baseados no fortalecimento e na intervenção do Estado, elaborados na Europa do segundo pós-guerra nos países socialistas”⁵⁶. Questões concernentes aos problemas do Estado, à industrialização e à “planificação” econômica estiveram presentes na reflexão de Haya de la Torre.

Percebemos, outrossim, que o caráter da revolução pretendida por Haya não era socialista. O pensador peruano defendeu a atuação de um Estado forte e anti-imperialista dentro de um sistema econômico capitalista. Por ter uma visão etapista da revolução, herança do marxismo clássico que ele próprio combatia enquanto teoria que não se efetivaria na prática para os países latino-americanos, considerava que a América Latina não se encontrava no estágio de desenvolver uma revolução socialista, pois não era altamente industrializada. Assim, segundo ele,

[...] como el socialismo no puede imponerse mientras el industrialismo no haya cumplido su gran etapa histórica, para la industrialización de nuestro pueblos será necesario, en tanto exista el capitalismo, tener capitales, y el Estado deberá condicionarlos.⁵⁷

⁵⁴ Este é o termo concebido por Victor Raúl Haya de la Torre para se referir à união dos países da América Latina. Ao referir-se à Indoamérica, ele realçava a condição de espaço-tempo único do subcontinente latino-americano, que necessitava de teorias e *práxis* próprias. Muito embora debatesse sobre os problemas peruanos, devemos observar que Haya desenvolvia seu pensamento a partir de toda a região, propondo a organização de um Estado aprista que necessitaria da união política e econômica da América Latina.

⁵⁵ FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana...*, p. 286. Os trechos da citação que se encontram entre aspas são palavras do próprio Haya de la Torre, citadas por Oliveiros Ferreira.

⁵⁶ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.). *História do marxismo*, p. 454.

⁵⁷ HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Aprismo*, Berlin 1930. In: HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Ideologia Aprista*. Lima: Ed. Pueblo, 1961, p. 19.

Esse estatismo, denominado por José Aricó, não se apresenta em Mariátegui, que se voltou aos elementos econômicos, políticos, ideológicos e culturais das massas trabalhadoras do Peru, sobretudo dos indígenas. A recusa de Mariátegui à proposta de Haya amparava-se em uma concepção democrática e popular do socialismo e da teoria marxista, que o levou também a questionar as orientações da *Internacional* e suas pressões para a constituição de um partido comunista. Do ponto de vista de Aricó, “Mariátegui fez emergir de modo inédito o problema da nação peruana”, ao estabelecer como eixo teórico e político de sua análise socialista um “universo que se definia mais em termos de cultura do que naqueles estritamente de classe”, aos moldes da ortodoxia marxista.⁵⁸

Mariátegui considerou o índio, aproximadamente $\frac{3}{4}$ da população do Peru à época, como alicerce da nacionalidade em formação, não podendo ficar à margem da luta pelo socialismo. O problema indígena no Peru estava diretamente ligado ao problema da terra, do latifúndio, e que, por essa ótica, tratava-se de uma questão socioeconômica, e não racial, étnica ou moral, como insinuava a ala mais conservadora do país. Para Mariátegui, não seria possível acabar com a servidão que afetava a população indígena sem extinguir o latifúndio. A expropriação dos nativos de suas comunidades pelos espanhóis e, por conseguinte, sua gradual absorção pelo latifúndio provocaram a destruição das antigas instituições jurídicas e econômicas da civilização incaica, vinculando o índio ao trabalho servil, situação que não foi quebrada com a República e que vigorava de maneira semelhante até os anos 1920. Segundo Aricó,

[...] es sin duda la vinculación estrecha con grupo de indigenistas lo que permite a Mariátegui encarar el problema del índio desde el punto de vista original en el que se coloca. [...] Mariátegui encuentra en la estructura agraria peruana las raíces del atraso de la nación y las razones de la exclusión de la vida política y cultural de las masas indígenas.⁵⁹

José Carlos Mariátegui desacreditava no papel da burguesia em liderar uma oposição ao imperialismo, considerando-a frágil e tendo chegado “tarde demais à cena histórica”. A emancipação da economia do país só seria possível “por meio da ação das massas proletárias em solidariedade com a luta anti-imperialista em todo o mundo”⁶⁰. Em *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, ele afirma que jamais existiu no Peru uma burguesia, com sentido nacional, que se professasse liberal e democrática e que inspirasse sua política nos postulados de sua doutrina. A classe burguesa não teria, portanto, uma posição nacionalista revolucionária. Assim, opondo-se às perspectivas de Haya

⁵⁸ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org). *História do marxismo...*, p. 457.

⁵⁹ ARICÓ, José. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latino americano*, p. XLVI.

⁶⁰ MARIÁTEGUI *apud* LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 19-20.

de la Torre, não seria possível creditar à burguesia peruana a liderança do processo de emancipação nacional.

Julio Antonio Mella e José Carlos Mariátegui

Entre as proposições políticas de Julio Antonio Mella em prol da libertação nacional dos países latino-americanos, especialmente Cuba, estava a formação de uma frente única anti-imperialista, composta por trabalhadores diversos, camponeses, intelectuais e estudantes, recusando peremptoriamente a participação da burguesia nacional, considerada por ele como complacente ou mesmo aliada das economias centrais no processo de dominação imperialista. Acreditava que, embora a burguesia nacional quisesse, por alguma razão, defender-se do imperialismo, não se podia confiar nela, pois era possível que abandonasse o proletariado e passasse para o lado imperialista, já que não abdicaria da propriedade privada.

De acordo com Löwy, as questões do nacionalismo e da libertação nacional ganharam grande destaque na obra de Mella, que apoiou, por exemplo, o luta de Sandino (1895-1934) e seu exército de guerrilheiros camponeses contra a invasão norte-americana na Nicarágua.⁶¹ Outrossim criticou o nacionalismo “populista” da APRA de Haya de La Torre, não aceitando a aliança classista encabeçada pela burguesia, “a traidora clássica de todos os movimentos nacionais verdadeiramente emancipatórios”⁶².

Em Mella, existe uma evidente identificação do imperialismo, em particular o estadunidense, como o principal inimigo dos povos latino-americanos, e defende que “*la única fuerza capaz de luchar con probabilidades de triunfo es el proletariado, cuya causa es la causa nacional*”⁶³. Acreditava que através de cooperativas, sindicatos, partidos políticos, escolas proletárias, editoriais revolucionários etc., os trabalhadores latino-americanos conquistariam espaços na sociedade, avançando na luta contra o imperialismo e pela consolidação do socialismo. Para isso, não nega a necessidade de participação de outros segmentos sociais nesta mudança, desde que não perdessem o propósito de estabelecimento do socialismo, e que a liderança na condução do processo revolucionário estivesse com o proletariado. Discordava quanto à introdução de novos atores sociais revolucionários, como Haya e, sobretudo, Mariátegui fizeram com os indígenas peruanos.

⁶¹ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 16.

⁶² MELLA *apud* LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 16.

⁶³ _____. *apud* TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense..., p. 59. (grifo nosso).

Mesmo considerando que no México os índios e os mestiços trabalhadores contribuíram para a constituição da nacionalidade, na composição da sociedade deste país, Julio Antonio Mella não contemplou em seus escritos teóricos, ao contrário de Mariátegui e Haya de la Torre, a especificidade da problemática indígena por ter em conta que ao fazê-lo, estaria substituindo um enfoque que deveria ser classista para uma abordagem racial. A penetração do imperialismo na América Latina, para ele, converteu índios, mestiços, brancos e negros em massa trabalhadora explorada, e que, portanto, seria este conjunto, enquanto classe trabalhadora, que deveria atuar para a libertação nacional.

Como já dito, rechaçava a aliança policlassista proposta por Haya de la Torre, pois “a frente única do APRA, ao não falar abertamente do papel do proletariado” apresentava, assim, “uma frente única abstrata em prol da burguesia”⁶⁴. O comunista cubano acreditava que os apistas defendiam o anti-imperialismo como luta pela independência nacional, quando o que estava em discussão para ele era a revolução socialista. Segundo Mella, a libertação nacional e a transformação social podiam ser resultado apenas de uma revolução operária, amparada na potencialidade teórica e prática do partido comunista, apegando-se, nesse ponto, aos preceitos da *Terceira Internacional*. “Para falar concretamente: libertação nacional absoluta, o proletariado só obterá por meio da revolução operária”⁶⁵. Por defender essa linha mais ortodoxa ligada aos preceitos soviéticos, autores como Ricupero⁶⁶ entenderam o marxismo de Julio Mella como “obreirista”, resultado da sua “bolchevização” em virtude da transplantação direta das condições impostas aos partidos comunistas pela *Terceira Internacional*. Embora isso seja discutível, já que alguns autores apontam para discordâncias entre Mella e a *Internacional Comunista*, o que este pensador propunha eram pequenas adaptações da teoria leninista à realidade local, como já exposto no subtítulo anterior deste artigo.

Em uma perspectiva semelhante a Mella, Mariátegui questiona o radicalismo da classe média para a mudança de ordem. Acreditava que as burguesias nos países dependentes, mais do que prejudicadas com a ingerência de outros países na economia latino-americana, como defendia Haya, estariam, sim, associadas ao capital estrangeiro, pactuando com o imperialismo ianque, sendo seus interesses complementares. O papel do proletariado urbano e rural, portanto, é realçado por

⁶⁴ MELLA, Julio Antonio. O proletariado e a libertação nacional, 1928. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 100.

⁶⁵ _____. O proletariado e a libertação nacional, p. 101.

⁶⁶ RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo. *América Latina...*, p. 67.

Mariátegui, e sua concepção de nação está associada ao rompimento com o capitalismo e edificação do socialismo.

[...] El nacionalismo, para ser consecuente y poder llegar hasta el final, debía estar hegemonizado por aquella clase que implicara una verdadera negación del imperialismo. En la medida en que enfrentar al imperialismo era también romper con el capitalismo, sólo el proletariado [...] estaba en condiciones de poder realizar las tareas.⁶⁷

Para isso, em sua estratégia frentista, aceitava até mesmo a participação de elementos da classe média na composição das alianças políticas, desde que estivessem comprometidos com a transformação social. Porém, não abria mão, assim como Mella, de que a revolução devesse ser proletária e socialista.

Percebemos que em muito Mella e Mariátegui estão acordados sobre o caráter da revolução na América Latina. Divergiam, todavia, quanto à composição das alianças políticas e em alguns aspectos teóricos. Mella, ligado de maneira mais dogmática ao leninismo, à tomada dos meios de produção e do poder pelo operariado, à luta de classes, à ditadura do proletariado como etapa essencial para a consolidação do socialismo; já Mariátegui, embora expressamente leninista, como exposto no programa de seu partido socialista⁶⁸, trabalhava ainda com elementos do historicismo e idealismo italianos, teorizando sobre o marxismo de maneira mais heterodoxa.

Considerações Finais

A partir do ponto de vista desses três intelectuais latino-americanos, percebemos aspectos similares em Julio Antonio Mella, Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui quanto ao diagnóstico dos problemas da América Latina. Os três se opunham veementemente ao imperialismo, acreditando ser este um novo estágio do capitalismo que condicionava o atraso e a dependência dos países latino-americanos em relação às principais economias ocidentais, sobretudo os Estados Unidos. Relacionavam, então, revolução e mudança social à libertação nacional, a uma maior autonomia política, econômica e cultural das sociedades do subcontinente. Sobressai entre eles, no entanto, divergências quanto à concepção e aplicação da teoria marxista e à maneira pela qual deveriam ser formadas as alianças políticas de classe, a participação, liderança e hegemonia dos grupos sociais no processo de libertação nacional na América Latina.

⁶⁷ MARIÁTEGUI *apud* FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 359.

⁶⁸ Para apreciação do programa do *Partido Socialista Peruano*, ver BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martínez (Orgs.). *José Carlos Mariátegui...*, p. 76-8.

Destacamos que cada um, a seu modo, refletiu sobre a via revolucionária para alcançar o socialismo, no caso de Mella e Mariátegui, ou nacional-estatismo, como almejava Haya. Enquanto Mella esteve vinculado a um pensamento marxista clássico, Haya e Mariátegui buscaram empreender uma teoria voltada para a *práxis* marcada pela originalidade, na qual a resolução do problema indígena e sua afirmação identitária faziam-se necessárias para a revolução social e, por conseguinte, para a libertação nacional peruana.

Todavia, enquanto Haya de la Torre objetivava repensar profundamente o marxismo, ressaltando que tal teoria teria sido elaborada em um “espaço-tempo” diferente do contexto da América Latina, José Carlos Mariátegui afirmava que o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, não era particularidade desse continente. Este estabeleceu, então, uma revisão crítica do marxismo mediante a análise da realidade do seu país, identificando a questão indígena como central no Peru. Mariátegui procurou entender a fragilidade da nação peruana ao vincular o problema indígena à questão agrária e às relações de produção. Utilizou-se do marxismo como aparato teórico que, moldado às condições locais, conduziria a ação prática das classes subalternas para a conquista de sua autonomia político-econômica. Outras correntes de pensamento apreendidas de suas leituras e influências na Europa foram associadas ao marxismo e contribuíram para a singularidade de seu pensamento.

A tendência do pensamento da APRA, liderada por Haya, ao localismo, como se refere Bernardo Ricupero⁶⁹, ou ao excepcionalismo indo-americano, como defende Michael Löwy⁷⁰, ambas com uma conotação semelhante, sofreu duras críticas tanto de Mella quanto de Mariátegui, especialmente porque Haya falava em unidade nacional, nacionalização, anti-imperialismo, mas não em socialismo. Até admitia a possibilidade do socialismo, mas como etapa avançada da nacionalização dos meios de produção pelo Estado. Tratava-se, portanto, de um pensamento mais nacional-estatista do que socialista.

As diferentes apropriações do marxismo por estes três intelectuais os levaram, conseqüentemente, a conceber distintas formas de aliança política revolucionária. Mariátegui defendeu uma frente policlassista sob a liderança do proletariado urbano e rural, acreditando no potencial revolucionário indígena. Haya de la Torre, mesmo com influências do indigenismo

⁶⁹ RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo. *América Latina...*, p. 70.

⁷⁰ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 10.

peruano, depositou na classe média o papel principal na condução do processo revolucionário, acreditando ser esta classe a mais preparada intelectualmente para orientar a transformação social. Já Mella, mesmo aceitando as alianças de classe, condicionou a transição revolucionária e a libertação nacional à liderança do proletariado urbano.

Acreditamos que a concepção de Antonio Mella, ao depositar no operariado latino-americano a maior responsabilidade para se alcançar a revolução socialista, dificilmente obteria êxito, na medida em que a industrialização nos países latino-americanos era ainda incipiente e que, por conseguinte, o proletariado urbano era uma classe em formação, não possuindo forças, capacidade de mobilização e experiências suficientes para combater o imperialismo e o *status quo*. Ao tentarem empreender teoria e prática a partir da observação das peculiaridades da América Latina, Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui, no nosso entender, aproximaram-se mais de uma transformação social possível, em especial Mariátegui, por considerar o elemento indígena, de presença marcante no Peru, como central no processo de mudança estrutural da sociedade do país, mediante atuação do Partido Socialista Peruano. Para nós, Mariátegui foi capaz de observar que o marxismo poderia sofrer uma flexibilidade teórica para se adaptar às diferentes realidades, expressando-se de maneira distinta e criativa, ao contrário de Haya de La Torre, que negou muitos aspectos da teoria marxista por enxergá-la de forma limitada e reduzida, assimilando dela os padrões soviéticos ou do próprio Marx no século XIX, o que, de fato, seria inaplicável para a América Latina.

111

Pensamos que tais divergências no campo das esquerdas latino-americanas exemplificam bem a multiplicidade de tendências e caminhos para a transformação social, o que possivelmente contribuiu para que nenhuma delas alcançasse, mediante suas propostas, a hegemonia no continente latino-americano. No entanto, acreditamos que os debates intelectuais nas esquerdas, ainda que não tenham se convertido em formas de governo e sistemas políticos de maior relevância no subcontinente durante a década de 1920, exerceram grande influência no pensamento político latino-americano, com proposições claras para superação dos problemas de seus países.

As interpretações dos três intelectuais estudados neste artigo legaram duas linhas gerais de pensamento político para a América Latina, no século XX: uma primeira, com forte influência da APRA e de Haya de la Torre, favorável a uma transformação social no interior do capitalismo, baseado em um Estado forte, nacionalista, próximo ao que contemporaneamente é chamado de pensamento nacional-popular ou populista; e a outra corrente política, não hegemônica, mas forte e

tradicional no ideário político latino-americano, é a que considera a via socialista ou comunista a maneira de se atingir a autodeterminação dos povos e uma condição de vida mais justa e igualitária.⁷¹

Por fim, buscamos apontar neste estudo uma possibilidade de análise comparativa entre Haya, Mariátegui e Mella que de maneira alguma esgota as proposições e formulações teóricas deles. Um dos caminhos possíveis a ser seguido, pela observação das fontes consultadas, diz respeito a suas análises e propostas sobre o processo de reforma universitária ocorrido em grande parte da América Latina a partir de 1918.

Recebido: 15/05/2012
Aprovado: 15/07/2012

⁷¹ Embora não seja a conclusão nem a discussão principal de Patricia Funes, esta ideia, com a qual trabalhamos em nossa conclusão em virtude de toda a argumentação sustentada neste artigo, foi aventada pela autora. FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 245.